



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Rua Líbero Badaró, 425, 8º e 12º andares - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-905
Telefone: (11) 3224-6000

ATA DA REUNIÃO ONLINE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL - CMDRSS

Data: 29/08/2025

Horário: 09h00 às 12h00 horas

Formato: Online

Plataforma - online:

https://teams.microsoft.com/dl/launcher/launcher.html?url=%2F_%23%2F%2Fmeetup-join%2F19%3Ameeting_ZTjiYTcwMjUtODVjOC00MjcyLTg1NzltMWU4NTA3NDA1Yjg2%40thread.v2%2F0%3Fcontext%3D%257B%2522Tid%2522%3A%2522f39fd0c-4829-a003-c770a1c4a063%2522%2C%2522Oid%2522%3A%252286af4aff-116d-464b-83f0-2cd90ced15fa%2522%257D%26anon%3Dtrue&type=meetup-join&deeplinkId=5cf4c991-5dd9-42dc-82ec-b451ef78705b&directDl=true&msLaunch=true&enableMobilePage=true

Participantes:

Poder Público:

Aloísio Areias - Secretário do CMDRSS
Deborra Sahyn - Titular - Departamento de Sustentabilidade Agroambiental/SAA
José Amilton de Souza - Suplente - MDA
Lia Palm - Presidente - Titular - SMDet/CA
Lucas Carneiro Volpato - Titular - CATI/SAA
Ludmila Mello de Amorim - Titular - SGM/SECLIMA
Luiz Carlos Leite - Titular - MDA
Luiza Alegre Caballero - Suplente - SGM/SECLIMA
Marcos Roberto de Freitas Luz - Suplente - Subprefeitura Parelheiros
Maria Alice Silva Ferreira Rosmaninho - Titular - Câmara Municipal São Paulo
Paulo Cesar Leite Saraiva - Suplente - CATI/SAA
Raquel Araújo de Jesus Ponte - Titular - SMUL
Raquel Grillo Vettori Rodrigues - Titular - SPTuris
Roberto Carlos da Silva - Suplente - SVMA
Roseli Allemann - Titular - SVMA

Sociedade Civil:

André Ruoppolo Biazoti - Titular - OSC à Agricultura Familiar
Jaíne Pacheco dos Santos - Titular - Agricultores Zona Sul
Joelma Marcelino - Suplente - Agricultores Zona Leste
Jorge Aparecido de Paula - Titular - Agricultores Zona Norte
Lia Goes de Moura - Suplente - Agricultores Zona Sul
Marcio Mendonça Boggarim - Titular - Terras Indígenas - Funai
Maria de Loures/Lia Esperança - Titular - Movimento Agricultura Urbana Centro/Oeste
Pâmela Fernanda de Sousa Lucena - Suplente - Mondury
Terezinha dos Santos Matos - Titular - Agricultores Zona Leste

Convidados:

Diego Blum - SMDet/AdeSampa
Elisângela Martins - Espaço casa da Arvoré
Arpad Spalding-- Instituto Kairos
Andrea Barreto - SMDet/AdeSampa
Felipe de Oliveira - SMDet/CA
Magno Celso/ Agricultor

Reunião de 29/08/2025

Em 29 de Agosto de 2025 foi realizada a 07ª reunião ordinária da 4ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável - CMDRSS, Biênio 2025/2027 reunião "Online".

Pauta:

1. Relato sobre o 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana - 30/07 a 02/08 em Recife (Terezinha Matos - Titular - Agricultores Zona Leste)
2. Apresentação sobre o Protocolo de Transição Ecológica e Certificação Orgânica (CA/SMDet e Instituto Kairos)
3. Monitoramento do Plano Rural (CA/SMDet)
4. Dúvidas e Demandas de Conselheiras
 - Jaíne Pacheco (Titular - Agricultores Zona Sul):
 - a) Autorização de uso de área (ex.: Parque Linear).
 - b) Informações sobre o Rolê Agroecológico.
 - c) Proposta de organização de uma Feira de Negócios pelo Conselho.
 - d) Informações sobre editais disponíveis.
 - e) Informações sobre a COP30.
 - Lia Goes (Suplente - Agricultores Zona Sul):
 - a) Solicitação de uma Feira de Produtos Orgânicos.

- c) Reivindicação de reunião com a SESANA.
- 5. Atualizações do Semeando Negócios (AdeSampa).
- 6. Atualizações do programa Sampa+Rural (CA/SMDet)
- 7. Informes Gerais

Lia Palm: Bom dia a todas e todos. Declaro aberta nossa reunião do Conselho Rural e desejo que possamos ter discussões produtivas e colaborativas. A pauta da reunião já foi previamente encaminhada, e vamos iniciar pelo primeiro ponto. Para isso, convido a conselheira Terezinha Matos, representante de Agricultores da Zona Leste, a compartilhar conosco o relato de sua participação no 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana, realizado entre os dias 30 de julho e 2 de agosto, em Recife. Tenho certeza de que suas experiências e trocas vividas nesse evento trarão contribuições importantes para nossas reflexões e trabalhos aqui no Conselho.

1: Relato sobre o 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana - 30/07 a 02/08 em Recife (Terezinha Matos - Titular - Agricultores Zona Leste)

Terezinha Matos: Relatou sua participação no 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana, realizado entre 30/07 e 02/08 em Recife. Destacou a importância do evento para a troca de experiências e para perceber a existência de muitos agricultores em diferentes regiões enfrentando lutas semelhantes às vividas em São Paulo.

Apontou as dificuldades observadas em hortas locais, em Recife como abandono, pobreza e falta de apoio do poder público, além de situações de perda de terras para grandes empresas. Ressaltou como o Programa Sampa+Rural poderia servir de modelo para outras cidades do país, fortalecendo a agricultura urbana e garantindo políticas públicas permanentes de apoio a agricultores. Reconheceu o quanto evoluímos nos últimos anos e quantas ações semelhantes

Enfatizou que, apesar da realidade difícil encontrada, saiu do encontro motivada a continuar lutando pela agricultura urbana em São Paulo e em outras regiões, defendendo a união dos agricultores e a necessidade de políticas que assegurem produção de alimentos saudáveis para as comunidades.

Lia Palm: Agradeceu o relato de Terezinha e destacou o impacto de suas falas. Passou a palavra ao conselheiro André para suas contribuições. Solicitou que outros conselheiros que desejassem se manifestar sobre o tema se inscrevessem para falar.

André Biazoti: Cumprimentou os presentes e agradeceu o relato de Terezinha, destacando a relevância do 2º Encontro Nacional de Agricultura Urbana para evidenciar as diferentes realidades da agricultura urbana no Brasil. Ressaltou o avanço de São Paulo em políticas públicas e organização de agricultores em comparação com outros territórios que ainda enfrentam grande descaso.

Informou que fez parte da organização do encontro, realizado pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, que reuniu cerca de 300 participantes, com agricultores de 20 estados. Enfatizou o esforço de mobilização para priorizar a participação de agricultores, possibilitada pelo apoio da Frente Alimenta e do movimento MUDA, que garantiram a presença de representantes de São Paulo, incluindo Terezinha, dona Helena e outras agricultoras.

Destacou a produção de duas cartas políticas: uma com o registro das discussões sobre a realidade da agricultura urbana no Brasil e outra endereçada ao governo federal, solicitando mais recursos, editais e maior participação da sociedade civil na construção da Política Nacional de Agricultura Urbana. Informou que os documentos serão compartilhados com o Conselho e que em breve será divulgada a relatoria do encontro.

Apontou a metodologia diferenciada do evento, com dois dias voltados à troca de experiências e visitas a hortas locais, e apenas no terceiro dia atividades em auditório, o que fortaleceu a participação de agricultores. Ressaltou a potência das trocas realizadas e o protagonismo das agricultoras paulistas.

Por fim, provocou o Conselho a refletir sobre a possibilidade de São Paulo sediar o próximo encontro nacional, previsto para 2028, destacando tanto os desafios organizativos quanto a oportunidade de apresentar as experiências e políticas públicas desenvolvidas no município. Enfatizou que a luta deve seguir para manter e ampliar as conquistas locais, alertando que mudanças de gestão podem ameaçar os avanços obtidos.

Lia Palm: Agradeceu o relato de André e abriu espaço para perguntas e comentários de conselheiros. Ressaltou a importância do depoimento de Terezinha, destacando o valor das falas das agricultoras que vivenciam a realidade no dia a dia, assim como a relevância do panorama apresentado por André. Enfatizou a grandiosidade do evento, com a participação de 300 pessoas de 20 estados, e parabenizou pela organização.

Comentou sobre o avanço das políticas públicas de agricultura urbana em São Paulo, lembrando que esse processo foi fruto de uma longa trajetória de lutas e conquistas. Destacou o reconhecimento atual da agricultura pela Prefeitura, com recursos e programas estruturados. Destacou que, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito, e reforçou que os recursos e políticas conquistadas trazem também grande responsabilidade aos gestores, servidores, agricultores e agricultoras, para que sejam exemplos e referências para outras cidades e países.

Pontuou que a agricultura na cidade deve ser constantemente valorizada e visibilizada, tanto por meio dos programas e políticas públicas, quanto pela prática direta de agricultores, demonstrando seu impacto positivo para a cidade. Ressaltou ainda a importância do CMDRSS como espaço de construção coletiva, mencionando a participação ativa de 27 membros na reunião como um sinal da força do conselho.

Encerrando a pauta, informou que passaria ao segundo item da reunião, referente à certificação. Recordou que, na reunião anterior, houve solicitação de uma apresentação mais estruturada sobre o Protocolo de Transição Agroecológica e Certificação Orgânica, do Programa Sampa+Rural. Explicou que a apresentação seria breve e que, posteriormente, seria compartilhada com todos. Destacou a relevância da participação de agricultores e agricultoras na avaliação da clareza do material, a fim de definir sua utilização em outros fóruns. Convidou, então, o parceiro Arpad, da organização Kairós, para iniciar apresentação do conteúdo.

2. Apresentação sobre o Protocolo de Transição Ecológica e Certificação Orgânica (CA/SMDet/Instituto Kairós)

Arpad Spalding: Iniciou agradecendo e parabenizando os relatos de Terezinha e André, ressaltando a evolução da agricultura urbana e a inspiração que esses eventos proporcionam. Destacou a importância do reconhecimento do trabalho realizado ao longo do tempo e reforçou que o objetivo da apresentação seria esclarecer sobre certificação de produtos orgânicos.

Explicou que certificação é um processo formal de reconhecimento que atesta que um produto ou serviço segue os critérios estabelecidos, destacando que não se avalia apenas o produto final, mas principalmente o processo de produção. Apresentou diferentes tipos de certificação relacionados à agricultura:

- Certificação de produto orgânico, com legislação própria;
- Certificação de origem, que identifica o grupo ou região produtora;
- Certificado vegano, que garante ausência de componentes animais;
- Certificação biodinâmica, que combina princípios orgânicos e biodinâmicos;

Ressaltou que a certificação agrega valor ao produto, constrói confiança com o consumidor e possibilita acesso a mercados diferenciados, como feiras orgânicas e programas de compras públicas (PNAE, PSA, Rolê Agroecológico). Enfatizou que cada tipo de certificação envolve custos e responsabilidades, os quais devem ser claros a agricultores para evitar perdas futuras.

Apresentou especificamente o Protocolo de Transição Agroecológica (PTA), destacando que:

- Não é uma certificação de produto orgânico, mas sim um instrumento de apoio à transição agroecológica da propriedade;
- Garante acompanhamento técnico anual e elaboração de plano de ação, com prazo máximo de cinco anos para completar a transição;
- Não tem custo financeiro direto, mas exige cumprimento das atividades acordadas;
- Permite acesso a feiras, compras institucionais e programas Municipais, reconhecendo produção sem agrotóxicos ou adubos químicos.

Abordou a certificação orgânica formal, regulamentada pela lei federal nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que estabelece princípios básicos como a proibição de transgênicos, agrotóxicos e adubos químicos, abrangendo sistemas ecológicos, biodinâmicos, agroecológicos, permacultura, entre outros.

Discorreu sobre os processos de avaliação e tipos de certificação:

- Venda direta / OCS: verificação interna da propriedade, aplicável para feiras e compras institucionais;
- Sistemas Participativos de Garantia (SPG): certificação participativa, com envolvimento de agricultores, técnicos e consumidores, permitindo

aprendizado coletivo;

Auditoria coletiva: contratada por empresa certificadora, verifica documentos e registros sendo mais econômica que auditorias individuais;

Auditoria individual: realizada por certificadora contratada diretamente por agricultores, com custo maior e avaliação detalhada.

Ressaltou a importância do plano de manejo, diário de atividades, uso de insumos e registro de comercialização em todos os sistemas de certificação, destacando que o trabalho coletivo e a orientação técnica são essenciais para a conformidade e aprendizado contínuo.

Encerrou enfatizando que, através desses instrumentos, agricultores conseguem organizar a produção, garantir acesso a mercados e programas públicos e consolidar a confiança sobre a qualidade de seus produtos.

Lia Palm: Agradeceu a apresentação de Arpad complementou destacando:

A importância de valorizar não apenas a certificação formal, mas também a transição agroecológica e práticas sustentáveis adotadas por agricultores, mesmo sem certificação, destacando seu impacto positivo para a cidade e para o coletivo.

O Programa Sampa+Rural apoia todas as agricultoras e agricultores interessados em avançar na transição agroecológica, oferecendo assistência técnica e acompanhamento, tanto para quem está no atendimento completo quanto para aqueles que solicitam suporte pontual para isso.

O programa não tem como objetivo contabilizar números de certificações, mas sim fortalecer manejos agroecológicos, alinhados com políticas de desenvolvimento rural sustentável.

O apoio é aplicado em iniciativas de comercialização e compras públicas, como:

Rolê Agroecológico;

Armazém Solidário;

Rede Cozinha e Escola;

Incentivo à sustentabilidade e melhoria de manejos.

Ressaltou a relevância do Protocolo de Transição Agroecológica (PTA) como Política Pública Estadual referência no Brasil, e mencionou discussões sobre possível adoção de um modelo nacional.

Comentou sobre a necessidade de suporte para registros e rastreabilidade, incluindo:

Impressão de listas de insumos permitidos no manejo orgânico;

Caderneta de registros de atividades e comercialização;

Integração dessas práticas na rotina diária dos agricultores.

Concluiu abrindo espaço para contribuições de outros participantes, indicando que Jaine levantou a mão para falar, seguida de Andréa, incentivando todos a participarem com considerações e perguntas.

Jaine Pacheco: Agradeceu o conteúdo apresentado e ressaltou a importância do material, que ficará disponível para estudo posterior. Destacou que pretende analisá-lo com calma para identificar qual tipo de certificação ou protocolo é mais adequado à realidade da Horta das Virtudes. Perguntou se a Casa de Agricultura Ecológica seria um bom ponto de partida para orientação e análise sobre a aplicação prática. Solicitou informações sobre materiais específicos, como o plano de manejo, que possam servir como guia passo a passo para a elaboração. Questionou ainda o papel do engenheiro agrônomo do Sampa+Rural no início do processo e como iniciar a implementação prática da transição agroecológica ou certificação. Finalizou expressando gratidão pelo esclarecimento das dúvidas, reconhecendo a complexidade dos documentos, mas valorizando o apoio disponível para orientação.

Andréia Barreto: Agradeceu a apresentação de Arpad e elogiou o conteúdo. Retomou uma dúvida do último conselho sobre o Protocolo de Transição Agroecológica, questionando se ele é exclusivo para agricultores que ainda estão em transição ou se também pode ser utilizado por agricultores que já adotam práticas agroecológicas, mas ainda não possuem certificação oficial de orgânico. Ou seja, se um agricultor já segue práticas agroecológicas, o protocolo pode servir para atestar sua produção, mesmo sem certificado, ou ele se destina apenas aos que estão em processo de transição.

Lia Palm: Agradeceu a pergunta de Jaine e explicou que, para iniciar o processo, a agricultora deve entrar em contato com seu extensionista, que será o responsável por acompanhar, orientar e apoiar a elaboração do Protocolo de Transição Agroecológica. Caso haja dúvidas adicionais, é possível contatar a equipe do Programa Sampa+Rural diretamente.

Lia mencionou que o protocolo está integrado ao sistema SISRURAL, usado pelo programa junto ao Estado, e que os PDFs com os modelos podem ser compartilhados para estudo prévio e consulta pelos conselheiros.

Ela confirmou que o Protocolo de Transição Agroecológica é aplicável a todos os agricultores de base agroecológica, tanto para os que estão em transição como quem já cultiva de forma agroecológica. O protocolo pode ser usado por até 5 anos, período após o qual o agricultor precisa optar por continuar sem certificado ou buscar uma certificação orgânica, dependendo das exigências do mercado e das oportunidades de comercialização. O objetivo do protocolo também é permitir que o agricultor organize suas práticas e avalie se a certificação orgânica será necessária futuramente.

Arpad Spalding: Complementou a explicação da Lia, destacando que existe um modelo geral de caderno de plano de manejo elaborado pelo Ministério da Agricultura, que ele vai compartilhar. Cada sistema de certificação pode fazer adaptações a esse modelo, mas, de maneira geral, o agricultor deve registrar detalhadamente tudo que acontece em sua propriedade: manejo do solo, controle de doenças, plantio, uso de insumos, entre outros.

Ele reforçou que é possível ser orgânico certificado sem necessariamente ter passado por uma transição agroecológica completa. Um produtor pode, por exemplo, cultivar apenas uma monocultura orgânica e estar certificado, mas não adotar práticas como cobertura do solo, manejo da água ou diversificação da produção. O protocolo de transição agroecológica permite organizar essas práticas de forma gradual, dependendo dos objetivos do agricultor.

Lia Palm: Destacou que o programa Sampa+Rural está trabalhando para ampliar o atendimento do grupo de certificação orgânica em outros locais da cidade. Sobre o Rolê Agroecológico, esclareceu que, embora o certificado não tenha sido exigido no ano anterior, neste ano será necessário apresentar o certificado ou protocolo de transição agroecológico, e que o apoio do programa será ativo para incluir os interessados para viabilizar a participação de cada local que for credenciado.

Ela reforçou a importância da escolha consciente dos produtores, entre iniciar a transição agroecológica ou optar por não participar do Rolê Agroecológicos, visando garantir que a experiência apresentada às crianças seja consistente com práticas agroecológicas.

3. Monitoramento do Plano Rural (CA/SMDet) - Lia Palm

Lia Palm: Iniciou a apresentação reforçando a importância histórica e coletiva do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Destacou que muitas conselheiras e conselheiros contribuíram para a construção do plano Rural, que passou a ser previsto no Plano Diretor da cidade em 2014, envolvendo a reestruturação das zonas rurais e políticas de desenvolvimento rural sustentável. O Plano Rural foi elaborado, discutido em consultas públicas e finalmente publicado por decreto em 28/07/2023, tornando-se oficialmente uma responsabilidade de 16 órgãos da Prefeitura, além de envolver outras esferas de governo e trabalho em rede com a sociedade civil e população como o programa Sampa+Rural.

Ela ressaltou que estruturar e implementar um programa dessa dimensão é complexo e exige escolhas estratégicas. Até o momento, o processo de monitoramento do plano ainda não havia sido iniciado formalmente. Os prazos das ações urgentes de dois anos venceram em julho de 2025, motivando o início de um monitoramento estruturado.

Estrutura e integração do plano Rural:

O plano cobre o período 2023-2031.

Ações transversais relacionadas à agricultura e desenvolvimento rural sustentável estão também em outros planos da Prefeitura (Programa de Metas, PPA, Agenda 2030, PlanClima, Agenda 2030 entre outros).

Elaborado com apoio de diversas secretarias e participação da sociedade civil.

Possui 4 núcleos temáticos: econômico-produtivo, sociocultural e ambiental, infraestrutura e serviços públicos, organização institucional.

Composto por 70 ações, 110 metas e 260 atividades estratégicas, com fichas detalhadas para cada ação (objetivo, atividades estratégicas, metas,

secretarias responsáveis e parceiras).

Governança e monitoramento:

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho por meio da Coordenadoria de Agricultura lidera o monitoramento.

Cada secretaria indicou, via sei, 2 representantes técnicos (titular e suplente) para acompanhar suas ações no Plano Rural.

Será utilizada uma planilha Excel para registrar status de cada meta e atividade, tipo de indicador, fonte do dado e observações.

O monitoramento será oficializado pelo SEI, consolidado pela Coordenadoria e integrado ao Sistema de Monitoramento e Acompanhamento Estratégico SMAE da Prefeitura.

Próximos passos:

Realizar uma nova reunião interna em cerca de 1 mês para apresentação prévia dos resultados.

Todas as secretarias terão 1 mês para preencher as planilhas.

Consolidar os dados em outubro e novembro para elaboração do relatório final de monitoramento.

Fazer apresentação do Monitoramento ao Conselho Rural na reunião de novembro.

Possibilidade de reuniões temáticas com grupos de secretarias para discutir ações coletivamente e aumentar a efetividade do monitoramento.

Importância e potencial do processo:

O monitoramento não visa apenas verificar o andamento das ações, mas também aumentar engajamento, fortalecer a execução em rede e identificar ações em andamento não previstas originalmente no Plano., aprimorando o plano na prática.

O processo reforça a importância da integração entre secretarias, conselheiras e conselheiros e sociedade civil para garantir que o plano seja eficaz e participativo.

Ao final, Lia Palm passou a palavra para André, convidando contribuições e sugestões sobre como acompanhar e potencializar o monitoramento.

André Biazoti: Destacou a importância de que o Conselho participe ativamente das reuniões com as secretarias, e não apenas receba a planilha pronta, sugerindo que haja pelo menos uma vaga para titular e suplente do Conselho acompanhar e dialogar diretamente com as Secretarias. Ele reforçou que o monitoramento deve ir além das metas e indicadores formalmente previstos no plano, incorporando dados já gerados pelo Programa Sampa+Rural, como atendimentos detalhados, cadeias produtivas, territórios atendidos e novos programas relevantes como o Rolê Agroecológico, mostrando o avanço real das ações. André ressaltou que isso permite um acompanhamento mais qualificado, refletindo a execução efetiva das ações, e destacou a necessidade de articular o monitoramento com o sistema da Secretaria da Fazenda, garantindo integração entre os sistemas e secretarias para potencializar a execução do plano municipal e evidenciar os resultados concretos

Lia Palm: Foi aberto espaço para que outros conselheiros também contribuíssem. Discutiu-se a importância de ter um representante do conselho presente na reunião de monitoramento do plano, e André foi sugerido para ocupar essa vaga, devido ao seu conhecimento aprofundado sobre o Plano Rural, a ideia de nomear um suplente para apoiar ou substituir André, se necessário, não houve candidatos.

Sobre a inclusão de ação no plano, além das que já estão previstas, foi destacada a importância de refletir em conjunto sobre essas adições, suas formas de operacionalização e categorização (metas, ações estratégicas, etc.).

Outro ponto discutido foi a utilização do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento Estratégico (SMAE) para o monitoramento, que havia atrasado o processo por estar em desenvolvimento. Agora que está operacional, será usado oficialmente, mas antes disso, será feita uma etapa de organização em planilhas, para facilitar o trabalho coletivo e a consolidação dos dados. A Coordenadora de Agricultura passará a informação das planilhas para o sistema SMAE.

Felipe Oliveira: Destacou a importância da proposta levantada por André sobre a atualização das metas do plano. Ele trouxe a preocupação de como essa revisão interna pode impactar a legitimidade do plano, já que ele foi construído com base em validações sociais anteriores. Por isso, sugeriu que qualquer atualização seja feita em conjunto com as secretarias, aproveitando as reuniões que já estão previstas. Mencionou que, em alguns casos, responsabilidades atribuídas a certas secretarias podem já ter sido transferidas para outros órgãos, o que reforça a necessidade de ajustes. Felipe propôs que o grupo avalie se vale a pena atualizar o plano agora e buscar uma nova validação depois, ou seguir com a versão atual e deixar eventuais mudanças para um segundo momento. Encerrou sugerindo que essa decisão seja tomada de forma coletiva, respeitando sempre o processo participativo que deu origem ao plano.

Lia Palm: Propõe que não seja uma revisão do plano, mas que o monitoramento possa incluir ações de outros planos, como o Programa de Metas e o PlanClima, que já passaram por consulta pública e estão institucionalizados como políticas públicas. Ela ressaltou que a ideia é dar visibilidade a ações importantes que já estão sendo realizadas, mas foram desenvolvidas depois da publicação do Plano Rural permitindo que outros municípios e atores compreendam os avanços da cidade, e também para acompanhar historicamente o desenvolvimento rural sustentável e as ações de agricultura. Lia enfatizou que o monitoramento não cria novas obrigações nem revisa o plano, mas visa trazer informações sobre iniciativas já existentes, destacando inovações relevantes. Ela também comentou que, no plano há uma revisão formal prevista, devido à complexidade de sua elaboração, por fim, propôs que a discussão seja validada coletivamente com as demais Secretarias envolvidas com a execução do Plano.

Felipe de Oliveira: Comentou que seria interessante relacionar as metas e atividades estratégicas do Plano Rural com outros planos existentes, como a Agenda 2030 e o PlanClima. Ele sugeriu fazer uma “costura” entre as metas, mostrando a relação entre os planos e quem é responsável por cada ação, sem entrar em detalhes excessivos que poderiam complicar o monitoramento.

Luiza Caballero: Explicou que, embora não haja revisão prevista do plano para os próximos anos, uma alternativa seria criar indicadores ou atividades complementares que permitam reportar outros programas ou ações relevantes realizadas. Ela sugeriu que essa integração com outros planos, como o PlanClima, que está em revisão este ano, pode contribuir para o Plano Rural, especialmente nas áreas de agricultura e alimentação. Luiza destacou que o monitoramento pelo SMAE, iniciado este ano, pode unificar essas informações e facilitar a conexão com outros planos da prefeitura, oferecendo um instrumento consistente para acompanhamento. Ela colocou-se à disposição para apoiar o que for necessário nesse processo.

André Biazotti: Explicou que o que está sendo discutido não é revisão do plano, mas sim o monitoramento das ações já em andamento, incluindo aquelas que vão além do que está previsto originalmente, como o programa Rolê Agroecológico. Ele sugeriu que, ao longo de setembro, fosse realizada uma reunião específica para discutir os indicadores previstos no plano e avaliar quais outros indicadores poderiam ser incluídos, considerando programas que não foram contemplados na época da elaboração. André deu como exemplo a assistência técnica, cujo único indicador do plano é a quantidade de agricultores atendidos, mas que poderia ser expandido para incluir número de visitas, planos regenerativos realizados, certificações obtidas, entre outros dados relevantes.

Ele destacou que, com a estrutura da Secretaria e o trabalho intersecretarial, é possível realizar um monitoramento mais detalhado e aprofundado, utilizando dados que já estão sendo coletados e avaliando se faz sentido incorporá-los ao esforço de monitoramento do plano. Também enfatizou a necessidade de pensar em como conectar esse monitoramento com sistemas existentes, como o do SMAE e sugeriu a criação de reuniões periódicas ou de um grupo de trabalho para discutir esses pontos antes das reuniões com o coletivo de secretarias.

Por fim, André ressaltou a importância de tornar esses dados públicos, de forma que qualquer pessoa possa acessar informações sobre assistência técnica, entrega de insumos e participação de agricultores, garantindo transparência e visibilidade sobre o avanço das políticas públicas e do programa Sampa+Rural. Ele reforçou que o monitoramento envolve não apenas o acompanhamento das metas, mas também a articulação e integração de informações relevantes para a agricultura e agroecologia no município.

Felipe Oliveira: Comentou que considera fundamental ter essas informações e indicadores, não apenas sobre o quanto é ofertado pelo poder público, mas

também sobre os resultados finais das ações: quanto foi produzido, quanto gerou de renda para os produtores e qual é o impacto real do programa. Ele destacou que esses dados são importantes e fazem parte do banco de dados do Sampa+Rural, sendo essencial publicizá-los para garantir visibilidade à população. No entanto, sugeriu que talvez não fosse ideal incluir todos esses dados diretamente no monitoramento do plano, para não “poluir” os indicadores principais, mas que poderiam ser tratados em paralelo, garantindo que os resultados do programa fiquem acessíveis e transparentes.

Raquel Araujo: Complementou a discussão do André e do Felipe sobre a publicitação dos dados, mencionando que existe uma meta sob responsabilidade da SMUL de criar um sistema de informação da zona rural dentro do GeoSampa, que poderia concentrar essas informações. Ela destacou que, embora ainda não tenha sido conversado com a equipe do GeoInfo, é possível avançar nesse sentido caso os dados já estejam consolidados, permitindo tocar essa meta e viabilizar a publicação das informações.

Lia Palm: Comentou que desde o início o Sampa+Rural estava muito preocupado em publicizar os dados que tinham naquele momento e que já estão publicizadas pontualmente, tanto em dados abertos na plataforma Sampa+Rural, mas que atualmente há muito mais informações que poderiam ser também compartilhadas. Ela ressaltou que é importante encaminhar essas questões de monitoramento e publicização de dados e destacou que o André está com o representante do conselho como titular no monitoramento, mas que ainda não há suplente, ficando a critério de alguém se candidatar. Sobre o GT de monitoramento, Lia sugeriu ativar o grupo existente, organizar reuniões intermediárias para tratar dos indicadores e do monitoramento de forma mais detalhada, e incluir outros participantes interessados, como Luiza ou alguém do Panclima, para integrar as discussões entre os planos. Ela ainda concordou com o Felipe sobre a necessidade de desmembrar os dados, facilitando o entendimento do plano, e mencionou que já há conversas com a SMUL para a publicação das informações no sistema GeoSampa, destacando que o Sampa+Rural está aprimorando os indicadores e desenvolvendo esse trabalho.

André Biazotti: Comentou que o grupo de monitoramento ainda não se reuniu porque ele não conseguiu organizar a chamada da reunião. Pediu ajuda para definir uma data e convocar os participantes, ressaltando que poderia ajudar a organizar e conduzir a reunião, mas que precisava de suporte na parte logística de ver as agendas e marcar o encontro. Ele explicou que isso vale tanto para o monitoramento quanto para o PROURP e depois outras demandas impediram a convocação da reunião. André finalizou reforçando que esse apoio para convocação seria o essencial para que ele pudesse liderar o processo e iniciar os trabalhos do grupo.

Lia Palm: Explicou que o encaminhamento seria para o Aloísio organizar as agendas, definindo uma data dentro do calendário. Comentou que estavam animados com o monitoramento e felizes com a reunião do dia anterior, agradecendo a participação de todos os representantes da Prefeitura e do Conselho. Destacou que o processo representa um marco importante e que muitas coisas interessantes podem sair daí.

Em seguida, passou a palavra para Jaíne e Lia Goes para que apresentassem suas dúvidas e questionamentos, pedindo que os conselheiros levantassem a mão caso tivessem outras questões relacionadas.

4 - Solicitações de Agricultores: Lia Goes e Jaíne Pacheco:

Lia Góes: Agradeceu o apoio do Sampa Mais Rural aos agricultores orgânicos e agroecológicos, destacando a urgência do protocolo para comercialização. Ressaltou que ainda há excedente de produção e que os agricultores pedem um ponto exclusivo para produtos orgânicos, além de uma reunião com o SESANA e Sampa+Rural para tratar da comercialização. Também levantou a necessidade de acompanhamento do Serviço de Inspeção Municipal, com base em modelo recente de Jundiá.

Jaíne Pacheco: Agradeceu o espaço de participação do conselho e destacou a importância de se inteirar das ações para garantir alimentação saudável. Comentou sobre a complexidade da certificação para agricultores mais velhos e a necessidade de capacitação. Reforçou a importância de criar uma feira de produtos orgânicos própria e constante. Levantou dúvida sobre a autorização de uso de áreas da prefeitura, especialmente parques lineares, e sugeriu a criação de um GT para tratar da insegurança na posse dessas áreas. Também mencionou interesse em oportunidades relacionadas à COP 30.

Lia Palm: Destacou a importância da comercialização de produtos orgânicos no âmbito do programa Sampa+Rural, reconhecendo o avanço na assistência técnica e no aumento da produção, mas ressaltando a necessidade de estruturar melhor a frente de comercialização do programa. Ela mencionou estratégias em andamento, como o Rolê Agroecológico, Armazéns Solidários, Rede Cozinha Escola e possíveis vendas em mercados municipais e feiras, e abriu espaço para discutir se essas iniciativas já atendem à demanda ou se seria necessária uma feira orgânica própria ou outras ações. Também comentou sobre questões fundiárias, esclarecendo que o programa não trabalha diretamente com autorização de uso de área, mas pode atuar como intermediário e dar orientações. Em relação ao SIM (Serviço de Inspeção Municipal), destacou que o tema está na agenda e que apoia os selos e certificações já existentes podem ser feitos enquanto o serviço municipal não está estruturado.

Por fim, mencionou a participação em eventos relacionados à COP30 e Pré-COP em São Paulo como oportunidades de visibilidade e articulação para o programa, reforçando a necessidade de continuidade e construção coletiva das estratégias.

Felipe Oliveira: Reforçou as estratégias de comercialização do programa, destacando que estão sendo estabelecidos termos de parceria de longo prazo com os diferentes pontos de venda para garantir durabilidade e segurança dessas ações. Ele também ressaltou a importância de ter dados sobre o excedente de produção mencionado por Lia Góes, como quais agricultores possuem produtos sobrando, quais itens e em que quantidade. Essas informações são fundamentais para planejar melhor as estratégias de comercialização e direcionar adequadamente os esforços do programa. Por fim, pediu que Lia Góes envie esses dados para que a equipe possa organizar e atuar de forma mais eficiente.

Lia Góes: Ressaltou que a feira de orgânicos em Parelheiros é fraca, com clientes limitados, e sugeriu levar os produtos a locais com público já consumidor de orgânicos, como a Praça Vinicius de Moraes. Destacou também a parceria com o Armazém Solidário, que compra produtos agroecológicos em transição, beneficiando produtores e consumidores.

Magno Celso: Agradeceu a oportunidade de falar e destacou os desafios dos pequenos produtores em comercializar seus produtos. Ele explicou que, devido ao baixo volume de produção, competir em feiras é inviável e que a pontualidade da colheita é essencial para não perder a mercadoria. Propôs que as compras sejam organizadas com definição clara de quantidade e data, permitindo que ele colha e forneça os produtos no momento certo, garantindo eficiência e evitando desperdício.

Roseli Allemann: Informou sobre os GTs relacionados ao Artigo 48 da Lei Nº 17.794, de 27 de Abril de 2022 e destacou a importância da participação de quem tem experiência prática para contribuir na construção do decreto. Ela comentou sobre a escassez de áreas verdes de lazer em São Paulo e mencionou o programa “Regula Parques”, que retira pessoas de áreas públicas para implementação de parques. Sugeriu que a questão da autorização de uso de área seja discutida em diálogo com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

5. Atualizações do Semeando Negócios (AdeSampa).

Diego Blum: Atualizou que o Projeto Semeando Negócios segue com georreferenciamento e levantamento das propriedades da Zona Rural Sul, com mapas entregues aos agricultores em 7 de julho. Rose destacou o levantamento detalhado da situação documental e sobreposição de dados com Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Informou sobre o novo plano de trabalho 2026, com edital específico para a Zona Sul, e sobre a terceira edição do Programa Acelerando Hortas, prevista ainda este ano, aguardando liberação de recursos. Reforçou que a equipe está à disposição para consultas e esclarecimentos.

6. Atualizações do programa Sampa+Rural (CA/SMDET) e

7. Informes Gerais

Lia Palm: Encerrou os informes destacando que:

Inscrições para bolsistas do programa POT estão sendo feitas mensalmente, com 44 reposições em agosto e próximos encontros de inserção foi agendado para setembro.

Rolê Agroecológico: visitas de professores foram bem recebidas, aumentando o engajamento e aprendizado; será dado acesso direto aos professores para agendamentos.

Excedente de produção: solicitou a Lia Góes envio de dados sobre produtos, quantidades e preços, para planejamento de comercialização, incluindo parcerias com o Armazém Solidário focado em produtos agroecológicos.

Desafio de comercialização: ressaltou a necessidade de planejamento da produção para atender constância, qualidade e requisitos do mercado, além de desenvolver contratos e parcerias.

GT do Artigo 48: possível revisão de datas para garantir participação da SMD ET.

Novos membros da MDA: agradeceu a presença de Luiz Carlos e José Hamilton, reforçando interesse em trabalhar juntos.

Programa Hortas & Jardins: alcançou 850 participantes e 40 oficinas, mutirões de atendimento documental e pré-credenciamento de 155 agricultores no rolê agroecológico estão em andamento.

Solicitou que os conselheiros já comecem a levantar pautas para a próxima reunião de setembro, visando melhor organização.

Aloisio Areias: Encerrou a reunião informando que o Plano Rural já está disponível no grupo para consulta. Ele comunicou que a próxima reunião do conselho será presencial na CAE Norte, Centro e Oeste, informando que detalhes sobre endereço e transporte serão enviados em seguida. Solicitou que os conselheiros enviem pautas e sugestões de convidados antecipadamente para melhor organização da reunião. Finalizou agradecendo a presença de todos.

Lia Palm: Agradeceu a participação de todos, elogiou o trabalho realizado por agricultoras e agricultores e destacou a importância de acompanhar os locais em atividade, reforçando que podem contar com o apoio da equipe.

Esta ata foi redigida e conferida conforme registro e escuta da gravação da reunião.

Aloisio Areias Bezerra da Silva

RF: 754.453-7

Secretário Executivo/CMDRSS



Aloisio Areias Bezerra da Silva

Assessor(a) III

Em 07/11/2025, às 15:39.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **145492577** e o código CRC **77709063**.

Referência: Processo nº 6064.2023/0000266-6

SEI nº 145492577